

# A AGRICULTURA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO NOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA<sup>1</sup>

Salatiel Marinho de Jesus<sup>2</sup>

## RESUMO

A relação do Brasil com as nações da África representa uma parcela significativa das ações de Cooperação Sul-Sul do Estado brasileiro. E no decorrer das últimas décadas tem se fortalecido nos mais diversos eixos de atuação; tais educação, saúde, segurança e agricultura – visto o reconhecimento internacional do Brasil no combate à fome, segurança alimentar e exportação de insumos agrícolas. Dado o exposto, o presente artigo visa como objetivo analisar, através de um estudo de caso, quais os impactos socioeconômicos dos projetos de cooperação técnica na área agrícola realizados pelo Brasil em parceria com países do continente africano (Moçambique, Senegal, Togo, Benin e Botsuana) e consecutivamente discutir o conceito de desenvolvimento a partir da relação teórica e prática e como o mesmo afeta diretamente nos resultados dos programas de cooperação.

**Palavras-chaves:** África - relações econômicas exteriores; agricultura - cooperação internacional; Brasil - relações econômicas exteriores; cooperação sul-sul.

## ABSTRACT

Brazil's relationship with African nations represents a significant portion of the Brazilian State's South-South Cooperation actions. And over the last few decades it has strengthened in the most diverse axes of action; such as education, health, security and agriculture – considering the international recognition of Brazil in the fight against hunger, food security and export of agricultural inputs. Given the above, this article aims to analyze, through a case study, the socioeconomic impacts of technical cooperation projects in the agricultural area carried out by Brazil in partnership with countries on the African continent (Mozambique, Senegal, Togo, Benin and Botswana) and consecutively discuss the concept of development from the theoretical and practical relationship and how it directly affects the results of cooperation programs.

**Keywords:** Africa - foreign economic relations; agriculture - international cooperation; Brazil - foreign economic relations; south-south cooperation.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Amancio de Aquino Alves.

<sup>2</sup> Graduando em Relações Internacionais pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento, apesar de relativamente novo, é composto por distintas interpretações que o tornam um elemento vital para análise das dinâmicas entre os múltiplos atores (Estados, entes governamentais subnacionais, instituições/organizações, empresas e indivíduos) que integram o campo das relações internacionais e sua atuação na arena internacional.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e o avanço da integração internacional, inicia-se o ponto de partida para a normatização da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Tal período foi fortemente marcado pela atuação dos Estados Unidos na implementação da CID através do Plano Marshall para reconstrução da Europa no pós-guerra, pela criação de departamentos para assistência técnica e desenvolvimento assim como pela aversão ao Comunismo como fator determinante para a promoção da cooperação entre nações pertencentes ao denominado Mundo Livre.

Neste mesmo período, mais especificamente na década de 1960, a CID sofreu uma mudança significativa, pois a Cooperação Sul-Sul (CSS)<sup>3</sup> emergiu como uma alternativa contrapositiva à Cooperação Norte-Sul (CNS) que até então era projetada como um mecanismo primordial para os países classificados como não desenvolvidos alcançarem o tão ideal padrão de desenvolvimento.

Paralelamente a tais dinâmicas, após o início do processo de descolonização ocorrido nos países do Sul Global, os Estados do continente africano consolidaram-se como importantes atores nas mais diversas áreas do cenário internacional, sendo o Brasil um de seus principais parceiros estratégicos nas áreas de diplomacia, comércio e cooperação.

A relação de cooperação do Brasil com o continente africano possui dois momentos significativos no decorrer de sua história, o primeiro iniciado nos anos 1960, durante os governos Quadros-Goulart (1961-64), foi marcado pelos processos de independência das potências africanas, industrialização do Brasil e pelo estreitamento das dinâmicas de comércio entre o Estado brasileiro e a África, com objetivo de ampliar as exportações e gerar desenvolvimento econômico ao país.

Quadros e Arinos desejavam aumentar o poder de barganha do Brasil frente aos EUA (aumentando nossa presença internacionalmente), aproveitar novos nichos de

---

<sup>3</sup> Refere-se a cooperação técnica internacional realizada entre países classificados como “em desenvolvimento” do Sul Global, que compartilham desafios e experiências semelhantes. E diferencia-se da Cooperação Norte-Sul por não possuir países classificados como “desenvolvidos” do Hemisfério Norte envolvidos no processo.

mercado para a crescente produção industrial brasileira, projetar o país na cena internacional e servir de elo do Ocidente com a África, no contexto de recuo do colonialismo (VISENTINI, 2016, P. 24).

O segundo momento, iniciado nos anos dois mil, durante os mandatos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), destaca-se pelo fortalecimento dos laços diplomáticos entre o Brasil e os países da África (através da CSS) com objetivo de aumentar a projeção do Estado brasileiro entre os países do Sul Global, tal como em organizações internacionais, a exemplo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e BRICS. Conforme expõe Visentini (2016), era de interesse africano assim como brasileiro “*contribuir para a construção de um sistema mundial multipolar e desenvolver mecanismos multilaterais mais equilibrados*” tendo a Cooperação Horizontal<sup>4</sup> como princípio norteador – excluindo termos como ajuda e auxílio dos projetos desenvolvidos e baseando-se no interesse e ganho mútuo.

A estratégia de CSS adotada pelo Brasil foi batizada de cooperação estruturante, que inova pela integração do desenvolvimento de recursos humanos ao desenvolvimento organizacional e institucional e pela proposta de se aproveitar das capacidades endógenas e dos recursos de cada país, afastando-se do modelo tradicional de transferência passiva e unidirecional de conhecimentos e tecnologias (MILHORANCE, 2013, P.7).

Aproximadamente 700 iniciativas foram realizadas e intermediadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC)<sup>5</sup> – principal gestora dos projetos de cooperação brasileira, ligado ao Ministério das Relações Exteriores – em cerca 40 anos de experiências e práticas nas mais diversas áreas<sup>6</sup> (IPEA, 2021). E dentre os eixos do portfólio de cooperação técnica Brasil-África, o setor agrícola destaca-se como prioridade, devido às experiências do Estado brasileiro no combate à fome, segurança alimentar e capacidades do agronegócio em exportação de commodities para o mercado internacional.

Em virtude das muitas similitudes entre Brasil e os países da África em relação a clima e solo, diversas “*espécies africanas foram trazidas para o Brasil (por exemplo, sorgo e feijão caupi) e espécies brasileiras foram levadas para a África (por exemplo, mandioca e amendoim)*” tornando a troca de conhecimento assim como de tecnologias para o

<sup>4</sup> Refere-se especificamente à cooperação técnica realizada entre países em desenvolvimento (CTPD), com o objetivo de promover práticas a partir de princípios de horizontalidade e em “pé de igualdade”, sem impor condicionalidades (políticas ou econômicas) e firmada na solidariedade.

<sup>5</sup> Órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento dos projetos realizados pelo Brasil no âmbito internacional.

<sup>6</sup> **Projetos de formação e capacitação profissional, governança e transferência de tecnologia realizados pela ABC.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>>. Acesso: 29 de Out. de 2022.

desenvolvimento agrícola mais viável, apesar de não haver uma política formalizada para tal área (ICONE, 2013). Consequentemente, resultando em novos desafios, mas também oportunidades para atuação brasileira no âmbito da cooperação técnica internacional na área agrícola com o continente africano.

Dado o exposto, o presente artigo visa como objetivo, analisar quais os impactos socioeconômicos dos projetos de cooperação técnica na área da agricultura realizados entre o Brasil em parceria com os seguintes países do continente africano: **Moçambique** (Prosavana); **Benin** (Desenvolvimento do cooperativismo rural); **Botsuana** (Fortalecimento institucional do sistema cooperativo com horticultores); **Senegal** (Apoio ao desenvolvimento do projeto PAIS) e **Togo** (Apoio institucional ao Instituto Togolês de Pesquisa Agronômicas) e para fins de complementação, discutir o conceito de Desenvolvimento, elemento este diretamente correlacionado ao processo construtivo dos projetos. Para tal, parte-se do seguinte questionamento: **Quais os impactos dos projetos de cooperação técnica na área da agricultura realizados pelo Brasil no desenvolvimento socioeconômico dos países africanos?**

Destarte, no que tange ao referencial teórico, utilizou-se como base as obras dos autores Luciano Barbosa de Lima<sup>7</sup>, Amartya Sen<sup>8</sup> e Marc Nerfin<sup>9</sup> relativos aos conceitos de desenvolvimento e cooperação internacional. No que concerne à metodologia aplicada, realizou-se uma pesquisa qualitativa, utilizando como método de análise um estudo de caso com base em fontes bibliográficas, tais como jornais, artigos e relatórios publicados pela ABC<sup>10</sup> relativos aos projetos de cooperação técnica concluídos.

Referente à escolha do recorte temático, justifica-se, em particular, pela necessidade de compreender a real efetividade e eficiência dos programas de cooperação técnica Brasil-África voltados à área da agricultura bem como os distintos modelos de promoção do desenvolvimento aplicados aos projetos.

Ressalta-se a importância de tal artigo, visto a lacuna detectada a respeito de estudos sobre projetos de cooperação Brasil-África direcionados a área da agricultura no campo acadêmico de Relações Internacionais, logo, fazendo-se necessária tal pesquisa, uma vez que,

---

<sup>7</sup> Teorias do desenvolvimento e a Cooperação Internacional (2010).

<sup>8</sup> Desenvolvimento como liberdade (1999).

<sup>9</sup> Another Development: approaches and strategies (1977).

<sup>10</sup> ABC - **Cooperação técnica Brasil-África: parcerias de sucesso inspiram o desenvolvimento africano (Português)**: Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1100>>. Acesso: 29 de novembro de 2022.

as relações de cooperação do Estado brasileiro com o continente africano representam uma parcela substancial de sua política externa para países do Sul Global.

Neste contexto, o presente artigo compõe-se em três seções: a primeira seção aborda o processo evolutivo do conceito de Desenvolvimento; a segunda seção consiste na análise dos projetos de cooperação técnica agrícola realizados pelo Estado brasileiro em Moçambique, Botsuana, Senegal, Togo e no Benin e seus impactos socioeconômicos e, por fim, na terceira seção apresenta-se as considerações finais.

## 2 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A partir dos advenços das Grandes Revoluções<sup>11</sup> iniciadas no século XVIII, que culminaram sucessivamente na Revolução Industrial, a concepção do que é Desenvolvimento (retratado através do crescimento econômico) entrelaçou-se como elemento nuclear ao processo evolutivo que constitui o Capitalismo e a Globalização. E devido aos laços históricos com os países do continente europeu e suas sociedades industrializadas, o conceito de desenvolvimento adquiriu caráter eurocêntrico, conseqüentemente, tornando-os referência de sociedades consideradas desenvolvidas, de acordo Amaro (2003); contendo como características norteadoras a promoção do crescimento econômico, que posteriormente seria utilizada como parâmetro para classificar países em grupos (desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos) de acordo com os níveis de industrialização – sendo este um componente obrigatório para qualquer nação alcançar o patamar de desenvolvido.

Paralelamente a tais acontecimentos, diversas teorias clássicas centraram-se em analisar a questão do Desenvolvimento no decorrer do século XX. A começar pela **Teoria da Modernização**, que visualizava o Desenvolvimento como mecanismo de replicação das experimentações – referentes à industrialização – dos países desenvolvidos em países tidos como do terceiro mundo, tal como um processo linear e indispensável para qualquer nação alcançar o status de modernização e se distanciar do ciclo vicioso do subdesenvolvimento causado pela baixa produtividade e predominância do setor rural (LIMA, 2010).

Na corrente teórica **Estruturalista**, o Desenvolvimento é um de seus pilares, juntamente com a intervenção estatal e a modernização. Tal corrente fundamenta-se por negar a

---

<sup>11</sup> **Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria.** Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659>>. Acesso: 10 de Set. de 2022.

importância do comércio como fator para o progresso dos países do sul, assim como concentra-se em explicar o desenvolvimento e subdesenvolvimento no âmbito mundial através do modelo Centro-Periferia, no qual o Centro é caracterizado como economias de estrutura produtiva, fortemente diversificada e exportadora de manufaturas, enquanto a Periferia é classificada como de economia de estrutura produtiva limitada com baixos níveis de produtividade e exportação de produtos primários (LIMA, 2010).

Já para a corrente teórica **Neomarxista**, há uma correlação contínua entre conceito de subdesenvolvimento e os efeitos do colonialismo e do imperialismo, que sucede através da relação de exploração dos recursos da Periferia (nações colonizadas) pelos países de Centro (colonizadores), conseqüentemente, *“promovendo uma baixa acumulação de capital, relações comerciais desiguais e bloqueio ao desenvolvimento da periferia”*. Resultando na monopolização das indústrias e da dependência dos periferia pelo centro; que conscientemente impossibilita o crescimento e desenvolvimento econômico aos países do Sul. Portanto, para que ocorresse uma mudança em tal status quo, seria necessário uma transformação política drástica, através da *“revolução anticapitalista e a construção do socialismo”* (LIMA, 2010).

Entre os pontos em comum, tais teorias clássicas expuseram as desigualdades, co-dependência e exploração causada pela utilização de tal padrão que atrela o desenvolvimento à concepção de enriquecimento econômico em detrimento de fatores culturais, étnicos e sociais.

E é em razão de tal contexto que teorias alternativas surgiram no decorrer dos anos setenta, com o objetivo de fazer contraposição às correntes clássicas.

Para Lima (2010), a questão do desenvolvimento evoluiria e passaria a ser abordado por novas correntes teóricas e *“pelos autores incluídos nessa tendência como transformação da realidade social e satisfação das necessidades básicas do ser humano”* ao adicionar elementos relacionados à pautas sociais e ambientais em sua composição.

E este "novo" olhar sobre tal conceito sinalizaria uma mudança de paradigmas; com novos parâmetros e variáveis (tais como índices de educação, saúde, moradia, trabalho, segurança e a garantia de direitos humanos básicos), indo além da perspectiva econômica para mensurar o que seria este outro desenvolvimento.

## 2.1 POR UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

Uma das primeiras obras referentes a esta nova proposta de desenvolvimento – com destaque no âmbito internacional – foi escrita pelo pensador suíço **Marc Nerfin**, sob o título *“Another Development: approaches and strategies”* (1977).

Para Nerfin (1977), o desenvolvimento não se limita às relações econômicas – como PIB, comércio ou renda; os fatores sociais e ambientais são igualmente fundamentais para a integração do processo construtivo do que de fato pode ser esse outro desenvolvimento:

O caráter endógeno e autossuficiente de outro desenvolvimento, por um lado, não implica qualquer visão do mundo como um conglomerado inarticulado de comunidades isoladas que lutam pela sobrevivência ou usufruem dos benefícios de sua produtividade superior. Pelo contrário, outro desenvolvimento requer outro ambiente internacional – econômico, político e cultural – que garantiria as condições para o desenvolvimento auto suficiente de cada sociedade. Implica a abolição de todas as formas de dominação e do intercâmbio econômico desigual resultante, bem como uma cooperação genuína entre parceiros iguais que partilham experiências e aspirações (NERFIN, 1977, P. 12, Tradução livre)<sup>12</sup>

Logo, esse novo olhar sobre o tema de acordo com Nerfin (1977), simboliza a libertação das amarras do tradicionalismo econômico e político, e a esperança de um mundo social e ecologicamente mais justo e ético, capaz de viavelmente 1) atender as necessidades humanas; 2) endógeno em seus valores e princípios; 3) auto-suficientes para garantir a proteção e valorizar seus recursos naturais e culturais; 4) ecologicamente correto ao utilizar os recursos provenientes da Terra e, por fim, 5) baseados em transformações que sejam efetivamente estruturais para sociedade.

**Amartya Sen** em seu livro "*Desenvolvimento como liberdade*" (1999) também abordou a temática do desenvolvimento e semelhantemente a Nerfin, seus estudos objetivavam abordar tal questão para além da dimensão do pensamento ortodoxo econômico, ao considerar outros indicadores de desenvolvimento – além do fator renda – como essenciais para o bem-estar do ser humano.

Para Sen (1999), desenvolvimento nada mais é que sinônimo de liberdade. Assim sendo, o desenvolvimento só ocorre quando as capacidades das indivíduo se ampliam e os mesmo podem fazer aquilo que desejam fazer e ser aquilo que desejam ser.

Quão mais desenvolvida é a sociedade, maior será seu índice de liberdade e as capacidades dos indivíduos de desprender-se das mazelas do subdesenvolvimento, tais como a pobreza, fome, insegurança e desigualdade, pois tais fatores não estão atrelados unicamente à

---

<sup>12</sup> "The endogenous and self-reliant character Of another development, on the one hand, does not imply any vision of the world as an inarticulate conglomerate of isolated communities striving for survival or enjoying the benefits of their superior productivity. On the contrary, another development does require another international environment—economic, political and cultural—that would guarantee the conditions for the self-reliant development of each society. It implies the abolition of all forms of domination and of the resulting unequal economic exchange, as well as a genuine cooperation between equal partners sharing experiences and aspirations".

pobreza e a falta de renda, mas também a privação de capacidades – a exemplo da taxa de expectativa de vida entre pessoas que nasceram em países com níveis de renda distintos.

Mesmo no que se refere à relação entre mortalidade e renda [...], é notável que o grau de privação de grupos específicos em países muito ricos pode ser compatível ao encontrado em países do chamado Terceiro Mundo. Por exemplo, Estados Unidos, os afro-americanos como um grupo não tem uma chance maior - na verdade, ela é menor - de chegar a idades avançadas do que as pessoas nascidas nas economias imensamente mais pobres da China ou do Estado indiano de Kerala [...] Embora a renda per capita dos afro-americanos nos Estados Unidos seja consideravelmente mais baixa do que a da população branca, os afro-americanos são muitíssimo mais ricos do que habitantes da China ou de Kerala [...] Nesse contexto, é particularmente interessante comparar as perspectivas de sobrevivência dos afro-americanos com as dos chineses ou dos indianos de Kerala, muito mais pobres. Os afro-americanos tendem a sair-se melhor em termos de sobrevivência nas faixas mais baixas [...] em comparação com os chineses ou os indianos, mas o quadro muda ao longo dos anos. Na China e em Kerala os homens decididamente superam a sobrevivência os afro-americanos do sexo masculino até as faixas etárias mais elevadas. Mesmo as mulheres afro-americanas acabam apresentando um padrão de sua vivência nas faixas etárias mais elevadas, semelhante aos das chinesas, que são muito pobres, e taxa de sobrevivência bem mais baixas do que as indianas ainda mais pobres de Kerala. Portanto, o fato não é que negros americanos sofrem uma privação relativa em termos de renda per capita encontrar-se com os americanos brancos, mas também que eles apresentam uma privação absoluta maior do que os indianos de Kerala, que tem baixa renda [...] e que os chineses [...] no aspecto de viver até a idade mais avançada (SEN, 1999, P. 37).

Assim como o fator renda não garante o aumento da expectativa de vida dos afro-americanos em comparação aos chineses e indianos de Kerala na mesma faixa etária, a renda também não garante liberdade de expressão na Coreia do Norte, da mesma maneira não permite às mulheres a garantia de seus direitos fundamentais básicos em países como Arabia Saudita e no Afeganistão – atualmente sobre o controle do talibã<sup>13</sup>.

Portanto, há limitações até para o poder do dinheiro. Mas (dicotomicamente a isto) o acesso a capacidades (educação básica, moradia qualidade e programas sociais governamentais etc.) pode proporcionar condicionalidades para o aumento da renda.

Diante deste quadro, para definir propostas e metas de desenvolvimento, segundo Sen (1999), faz-se necessário primariamente compreender os anseios e necessidades de cada comunidade, pois apenas os mesmos podem definir os limites do seu desenvolvimento.

Daí a importância do debate público nas múltiplas esferas da sociedade para propor estratégias para gerar efetivamente desenvolvimento e fomentar o aumento das capacidades e liberdade dos indivíduos.

---

<sup>13</sup> **Como estão os direitos das mulheres no Afeganistão um ano após volta do Talebã.** BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62548259>>. Acesso: 12 de Dez. de 2022.



### 3 A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA NA ÁREA DA AGRICULTURA

Os projetos de cooperação técnica realizados pelo Brasil em parceria com os países do continente africano representam uma parcela significativa da política de Cooperação Sul-Sul do Estado brasileiro, e dentre os eixos de atuação a área da agricultura destaca-se como uma das mais proeminentes, eficazes e solicitadas pelas nações beneficiárias, que visam como intuito promover o desenvolvimento através do aprimoramento da agricultura em seus Estados, que historicamente buscam impulsionar a garantia da segurança alimentar, fortalecer as capacidades do abastecimento interno e reduzir a dependência da importação de alimentos em seus territórios. Problemas esses que afetam a maioria das nações africanas, que mesmo apesar de possuírem vastas áreas de terras agricultáveis não utilizadas, não dispõem de conhecimento técnico apropriado para desenvolver o solo de maneira produtiva e sustentável. A exemplo de países como Moçambique, Senegal, Togo, Benin e Botsuana, que já realizam projetos de cooperação técnica com o Brasil com o intuito de promover melhorias em tais questões.

Dessarte, analisará-se a seguir os projetos de cooperação técnica de desenvolvimento agrícola realizados pelo Brasil em parceria com os países do acima mencionados<sup>14</sup>: Moçambique (Prosavana); Benin (Desenvolvimento do cooperativismo rural); Botsuana (Fortalecimento institucional do sistema cooperativo com horticultores); Senegal (Apoio ao desenvolvimento do projeto PAIS) e Togo (Apoio institucional ao Instituto Togolês de Pesquisa Agrônômicas) elencando consecutivamente os seguintes pontos: o **1) objetivo** geral do projeto; identificação dos **2) membros envolvidos**; quais as **3) Expectativas** esperadas; **4) Estrutura e etapas**; os **5) Resultado** obtido e por fim, o **6) Impacto** alcançado com a realização de cada projeto individualmente.

#### 3.1 CASO MOÇAMBIQUE - PROSAVANA

O continente africano, em especial as regiões da África Subsaariana e África Oriental (figura 01) possui uma das maiores áreas de terra agricultáveis não utilizadas do mundo<sup>15</sup>, conseqüentemente, atraindo a atenção global, que atualmente vivencia uma corrida entre

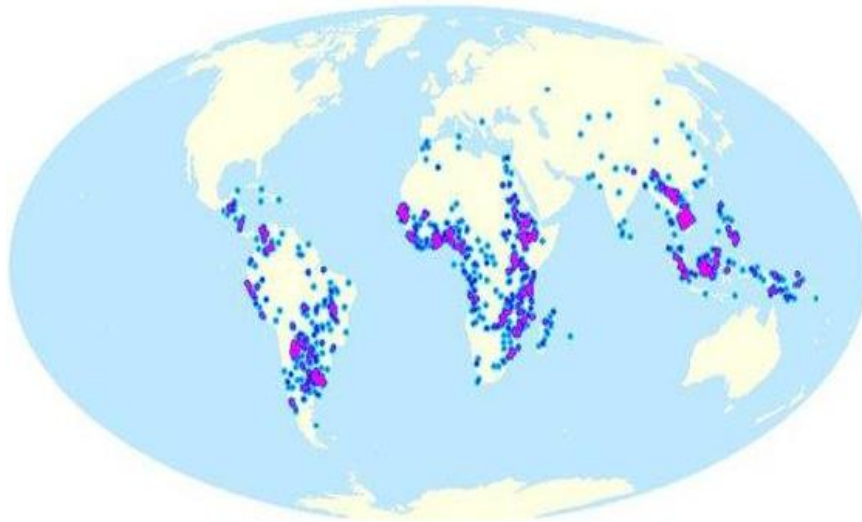
---

<sup>14</sup> Ressalta-se que, todos os dados apresentados referentes exclusivamente aos projetos de cooperação técnica realizados pelo Estado brasileiro em Senegal, Benin, Togo e Botsuana são provenientes do relatório (Cooperação técnica Brasil-África: parcerias de sucesso inspiram o desenvolvimento africano) publicado no ano de 2019 pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

<sup>15</sup> **Large-scale land acquisitions, agricultural trade, and zoonotic diseases.** One Earth. Disponível em: <[https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322\(21\)00239-6](https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322(21)00239-6)> . Acesso: 30 de Nov. de 2022.

conglomerados empresariais por aquisições de terrenos em larga escala em países do hemisfério sul – a baixo custo – voltadas para a criação de novos espaços de produção de culturas de exportação (soja, milho, arroz etc.) direcionadas a atender as necessidades do mercado internacional (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2018).

**Figura 1** - Mapa de calor de aquisições agrícolas em larga escala



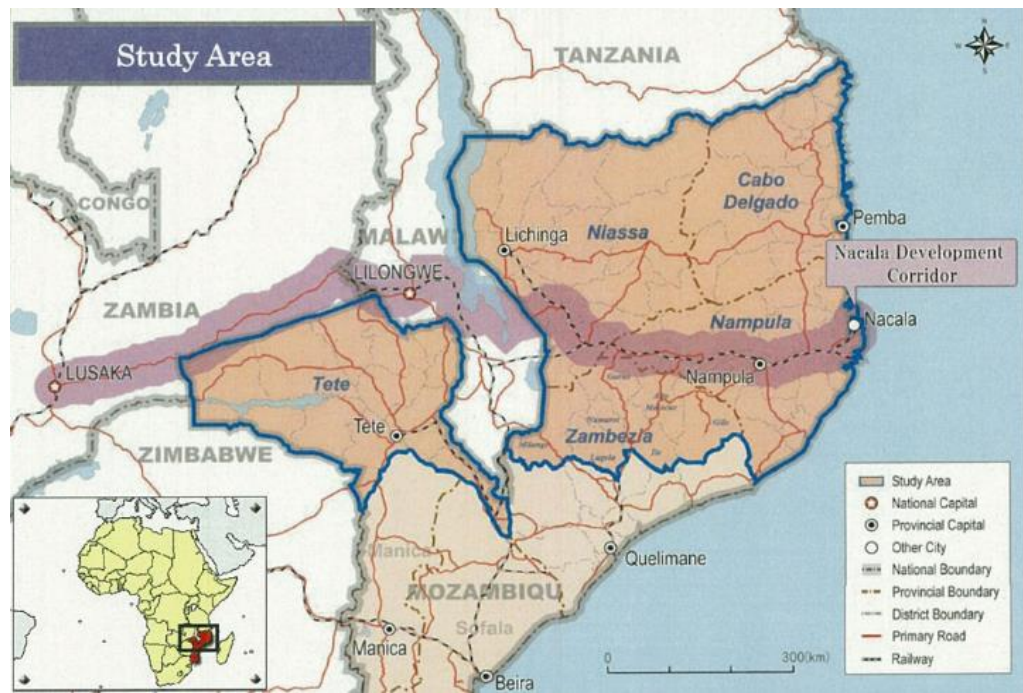
Fonte: Land Matrix.

Com o pressuposto objetivo de promover a produtividade agrícola e a autonomia alimentar moçambicana, o governos do Brasil (representado pela ABC) conjuntamente com os governos do Japão (mediante Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA) e Moçambique (intermediado pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar - MASA) desenvolveram o programa Prosavana, idealizado como um projeto de cooperação financeira e técnica que se relacionasse com o modelo de cooperação triangular e de ações horizontais. Tal projeto iria desenvolver a região Norte de Moçambique – que cederia a terra – com tecnologia desenvolvida pelo Brasil e seus produtos seriam comercializados pelos japoneses para o mercado asiático (ALMEIDA, 2016).

Entre estrutura e etapas a parceria entre as três nações anunciada em 2007, teve seu Memorando de Entendimento assinado em 2009 e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação concretizado em 2010. O projeto foi baseado nos conhecimentos acumulados do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados executado no Cerrado brasileiro em parceria entre Brasil e o Japão nas décadas de 1970 a 1990. E segundo o acordo celebrado entre os três países, teria como objetivo a criação de novos modelos de

desenvolvimento agrícola nas proximidades do Corredor de Nacala; local escolhido para o desenvolvimento do projeto por sua localização estratégica<sup>16</sup> (GRAIN, 2015).

**Figura 2** - Corredor de Nacala, Moçambique



Fonte: Grain.

A primeira etapa do programa, intitulado **ProSavana PI**, com prazo de 5 anos, centrou-se no fortalecimento institucional contando com a participação da EMBRAPA, objetivando a melhora na capacidade da pesquisa e transferência de tecnologia com vista ao desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala; promovendo ações de impactos sociais, de gestão territorial, de sistemas de produção (excedentes exportáveis) e de agricultura familiar. E teve como investimento brasileiro US \$14,6 milhões (ALMEIDA, 2016).

Já a segunda etapa, o **ProSavana PD**, com prazo de 10 anos, contou com a contratação da organização Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), que ficou responsável, do lado brasileiro, pela formulação do plano diretor do Programa com vistas ao desenvolvimento agrícola em seus lados sociais e econômicos. O Brasil investiu nesta segunda etapa mais de US \$1,3 milhões. Por fim, a terceira etapa, o **ProSavana PEM**, visava à criação de modelos de desenvolvimento agrícola comunitários, com melhoria do serviço de extensão agrária no

<sup>16</sup> Neste local seria revitalizada e construída pela Vale do Rio Doce uma ferrovia que atravessaria o país (ligando a fronteira com o Malawi até o litoral), conseqüentemente, facilitando a escoamento das commodities produzidas até o Porto de Nacala.

Corredor de Nacala, e tinha como duração 20 anos e sem uma estimativa de investimentos definida (ALMEIDA, 2016).

Conforme o avançar do projeto, as comunidades locais começaram a se organizar através das associações e cooperativas rurais<sup>17</sup> com o intuito de compreender o que era o programa Prosavana e quais seus impactos, visto a falta de transparência por parte do governo, e verificaram algumas similitudes com sucessivos casos em diferentes regiões do país, tal como desapropriações em larga escala em áreas rurais para criação de zonas de exportação de culturas, como ocorrido em Gurué<sup>18</sup>, após a chegada da empresa Agromoz<sup>19</sup> (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2018).

E é a partir deste momento que uma forte movimentação das organizações locais iniciou-se para avaliar mais profundamente os possíveis efeitos do Prosavana no país, ao ponto de uma comitiva moçambicana vir ao Brasil para avaliar os impactos do programa PRODEDER na região do Cerrado.

Em novembro de 2013, uma delegação de cinco pessoas partiu para o interior brasileiro. Os participantes voltaram em estado de choque. “Percorremos centenas de quilômetros e só vimos mega extensões de soja. Nem um único camponês, tampouco uma comunidade rural”, lembra Abel Saída, da Associação Rural de Ajuda Mútua (Oram). “Todo o território está desarborizado. Não há nenhuma forma de vida, pois a utilização intensa de pesticidas e fertilizantes criou um deserto. A perspectiva de ver nossa terra transformada em uma paisagem vazia também nos pareceu um pesadelo.” Um documentário elaborado com base na viagem e traduzido nas línguas locais circula em Moçambique (LIBERTI, 2018).

Com base nas informações adquiridas após a visita ao Brasil, uma forte mobilização por parte das organizações das comunidades afetadas pelo Prosavana se articulou para interromper o prosseguimento do projeto, com medo que os efeitos ocorridos no Cerrado brasileiro fossem reproduzidos na Savana moçambicana.

Cerca de 23 organizações, entre elas associações, cooperativas e instituições membros da sociedade civil, escreveram conjuntamente uma carta aberta<sup>20</sup> aos governos dos três países envolvidos no projeto para cobrar esclarecimentos e manifestar insatisfação pela falta de um debate e consulta pública. Carta esta, co-assinada por aproximadamente 40 organizações

<sup>17</sup> Entre alguns dos mobilizadores estão: Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU); Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC); Associação Nacional de Extensão Rural (AENA) e a Associação de Cooperação para o Desenvolvimento (ACoord).

<sup>18</sup> Cidade localizada na região norte de Moçambique, nas proximidades do Corredor de Nacala.

<sup>19</sup> Sociedade comercial composta por empresários moçambicanos, portugueses e brasileiros.

<sup>20</sup> **Carta aberta para deter e refletir de forma urgente o Programa ProSavana.** Farm Landgrab. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>>. Acesso: 29 de Nov. de 2022.

internacionais, atraindo a atenção da mídia, conseqüentemente, da comunidade internacional (LIBERTI, 2018).

E com o receio de piora da situação, não restou outra opção ao governo moçambicano ao não ser engavetar o programa Prosavana em 2020, após as fortes críticas por parte da população moçambicana, má repercussão perante a comunidade internacional<sup>21</sup> e declínio por parte dos governos brasileiro e japonês em dar seguimento ao projeto, que foi reintitulado como Sustenta, visando fortalecer e destacar os pequenos produtores (LIBERTI, 2018).

Da o exposto, verifica-se ao analisar o caso Prosavana, como apesar de sua proposta teoricamente bem fundamentada na promoção do desenvolvimento econômico local de Moçambique, na prática o projeto foi orientado para atender às necessidades do mercado internacional.

Como sequência, o Prosavana – assim como nos moldes do PRODECER – beneficiaria o agronegócio e grandes latifundiários em detrimento do pequeno agricultor e da agricultura familiar, assim como ocorrido no cerrado brasileiro. Logo, o Prosavana falhou tecnicamente em seu objetivo, ao limitar-se meramente em gerar desenvolvimento sob a ótica econômica – antagônico aos interesses e ideais de desenvolvimento das comunidades locais – por não beneficiar e suprir as reais necessidades da população em relação à segurança alimentar e nutricional.

Por fim, acrescenta-se também o fato do projeto desconsiderar a relação simbólica dos camponeses com a Terra. Sendo este um problema recorrente em projetos de políticas desenvolvimentistas, principalmente entre os direcionados a área da agricultura, que tendem a excluir as comunidades locais das etapas de formulação ao não realizar a devida consulta e debate público com os principais interessados, os afetados e beneficiados por tais projetos. Questão esta já alertada por Nerfin:

Se o desenvolvimento significa o desenvolvimento do ser humano por si e para si, então duas categorias, por serem maiorias e por carregarem o mundo nas costas, requerem claramente uma atenção especial: os camponeses; e mulheres. [...] Os camponeses raramente são consultados quando as prioridades de desenvolvimento são estabelecidas (NERFIN, 1977, P. 14, tradução livre)<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> O projeto Prosavana protagoniza um dos casos mais emblemáticos de resistência ao modelo de desenvolvimento hegemônico e que destaca-se pela forte mobilização e articulações entre entidades do Sul Global.

<sup>22</sup> "If development means the development of human beings by themselves and for themselves, then two categories, because they are the majority and because they carry the world on their shoulder special attention: peasants; and women. [...] peasants are consulted when development priorities are protected."

Pois como também enfaticamente ressalta Amartya Sen (1999), é fundamental compreender "*a ideia de público como um participante ativo da mudança, em vez de recebedor dócil passivo de instruções ou de auxílio concedido*", uma vez que os interesses, as necessidades, a escuta e a participação ativa da população deve ser compreendida como parte vital do processo construtivo dos projetos de política pública (tal-qualmente a projetos de cooperação) para assim então gerar-se de fato desenvolvimento. Desenvolvimento este, abrange e ultrapassa os aspectos econômicos.

### 3.2 CASO BENIN - DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO RURAL

O projeto de "Fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benin nas áreas de Agroecologia e Cooperativismo" teve início no ano de 2011, após a solicitação do governo beninense para realização de um projeto de cooperação técnica com o objetivo fortalecer a segurança alimentar no país e gerar desenvolvimento econômico através da diversificação e aumento das capacidades do setor agrícola.

Entre os membros envolvidos no projeto realizado em Benin estiveram a ABC, responsável pela liderança e supervisão e o corpo de especialistas e técnicos do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e do Instituto Federal de Brasília (IFB), responsáveis pela treinamento e qualificação dos professores e estudantes da colégio público beninense *Lycée Agricole Médji de Sékou* (LAMS) – parceiro e beneficiário do projeto na cidade de Cotonou.

As expectativas iniciais eram de promover o aprendizado por intermédio da cooperação e ensino da agroecologia e cooperativismo rural para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do setor agrícola em Benin de forma auto-sustentável para fortalecer as bases da segurança alimentar e nutricional do Benin a médio-longo prazo.

Entre estrutura e etapas o projeto realizou-se em cinco fases. A fase um, ocorrida em 2011 envolveu a primeira visita do corpo técnico dos institutos federais brasileiros a Cotonou para conhecer e dialogar com a comunidade e o corpo docente do colégio LAMS a fim de compreender as reais carências, demandas e especificidades do local a partir de então seguidamente um projeto ser montado – tendo o cooperativismo e a agroecologia detectadas como pontos de carência e elementos centrais a serem desenvolvidos.

Na segunda fase, que também ocorreu no decurso de 2011, realizou-se a capacitação profissional a nível de especialização (executado em seis módulos) dos professores do LAMS referente às técnicas da agroecologia. Já na terceira fase, foi construída uma incubadora, batizada de Laboratório de Transformação Alimentar, sediada no LAMS, para o incentivo ao

empreendedorismo e comercialização dos produtos produzidos pela comunidade, a exemplo de compotas, doces, geleias, fruta desidratada etc. Nesta etapa também houve a transferência de equipamentos tecnológicos para a incubadora.

Na penúltima fase do projeto, realizada em 2013, os professores beninensis do *Lycée Agricole Médji de Sékou* vieram ao Brasil (em duas oportunidades distintas, divididos em grupos) para adquirir *know-how* sobre práticas cooperativistas e agroecológicas através de visitas técnicas a escolas agrícolas, fazendas e cooperativas nos estados da Bahia, Goiás e Distrito Federal.

Já a última fase do projeto foi executada no decorrer do ano de 2018, através de visitas realizadas pelos especialistas brasileiros a Benin para monitorar o andamento do projeto assim como da incubadora - que não deixou de ser acompanhada mesmo a distância – e realizar (a cargo do IFBA) treinamentos de manutenção dos equipamentos tecnológicos transferidos a incubadora durante a fase 3 e conjuntamente ser feita a avaliação final do projeto feita pela ABC.

E como resultado do trabalho realizado em Cotonou, o corpo docente (ao qual 25 professores receberam título de especialização) e discente do colégio *Lycée Agricole Médji de Sékou* foram devidamente capacitados – através do compartilhamento de tecnologias e conhecimento técnico teórico e prático - para promover de forma autônoma atividades de desenvolvimento agroecológicos e fomentar o cooperativismo entre os produtores locais, de acordo as necessidades e especificidades da região.

Assim como a criação de uma incubadora de negócios, nomeada de Laboratório de Transformação Alimentar no colégio LAMS, para incentivar o empreendedorismo local de forma autossustentável.

Por fim, como impactos identificados, observou-se um substancial aumento da renda das comunidades locais através da diversificação no cultivo de alimentos; a capacitação e formação de forma contínua e independente de novos estudantes em técnicas de agroecologia e cooperativismo através do colégio LAMS bem como o incentivo a criação de novas cooperativas rurais na região.

### 3.3 CASO BOTSUANA - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA COOPERATIVO COM HORTICULTORES

Com o objetivo de realizar um projeto piloto capaz de fortalecer as capacidades e promover o desenvolvimento rural dos horticultores botsuanenses, iniciou-se em 2010 entre

organizações e representantes de governo brasileiro e de Botswana a idealização do projeto de cooperação técnica para o “Fortalecimento Institucional do Sistema Cooperativo em Botswana”.

Entre os membros envolvidos na construção do programa estão a ABC, responsável pelo processo de elaboração, financiamento e gestão do projeto; Embrapa, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), encarregadas pelo treinamento e capacitação dos agricultores botsuanenses; o Ministério de Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar (MDASA) e o Ministério do Investimento, Comércio e Indústria (MITI) de Botswana, ambos incumbidos de intermediar e auxiliar a realização do programa.

As expectativas por parte dos botsuanos era de elucidar e incentivar os horticultores acerca das vantagens e oportunidades econômicas que a aplicação do cooperativismo poderia proporcionar como ferramenta para o desenvolvimento rural, assim como, a capacitação das comunidades para gerir de forma autônoma e sustentável atividades capazes de suprir (mesmo que parcialmente) as demandas relacionadas ao abastecimento interno do país e diminuir a dependência da importação de alimentos de consumo básico.

No que concerne à estrutura e etapas<sup>23</sup> de execução do projeto, primeiramente foi realizada uma visita técnica (no ano de 2010) à região de *Kweneng North* (KN) – local escolhido pelo MITI e pelo MDASA para realização do projeto. Nesta etapa, os especialistas da OCB centraram-se em diagnosticar as necessidades e demandas das comunidades da região para seguidamente traçar as diretrizes e o plano de ação do projeto. Estratégias e plano de ação definidos; a primeira parte do treinamento sobre cooperativismo e horticultura realizou-se apenas em 2014, com a vinda de 20 botsuanenses (divididos em dois grupos de 10) ao Brasil, entre eles representantes ligados a órgãos do governo e produtores rurais de KN, no qual adquiriram conhecimento – instruídos pela OCB e Embrapa – sobre técnicas e metodologias de cooperativismo voltados a atender exclusivamente as necessidades do país africano.

A segunda parte do treinamento – focado na legislação e gestão de cooperativas – foi realizada em 2015, porém em KN e contou com a participação de aproximadamente 50 botsuanenses (entre eles agricultores da região, professores de colégios técnicos e representantes do governo).

---

<sup>23</sup> O projeto de fortalecimento cooperativo com os horticultores de Botswana contou com uma segunda etapa, focada no melhoramento das colheitas e comercialização de hortifrutis cultivados pela cooperativa, iniciado em 2019, porém, até o presente momento em que este artigo foi escrito no houve novos relatórios oficiais disponibilizados pela ABC com informações adicionais a respeito do andamento do projeto.



Ao final do treinamento, os produtores rurais participantes do projeto montaram um plano-piloto para criação de uma cooperativa voltada à horticultura com os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. A organização batizada de Cooperativa de Horticultores de Kweneng North, foi oficialmente registrada em 2016, sendo a primeira da região.

Tal como esperado, o projeto proporcionou como resultado a definitiva inserção das práticas cooperativistas entre os produtores rurais das comunidades de *Kweneng North*; também a qualificação (em gestão, legislação e técnicas de cooperativismo) de um número significativo de botsuanenses, responsáveis por compartilhar os conhecimentos adquiridos para outras comunidades, colégios técnicos e em futuros projetos do governo, assim como a criação de uma cooperativa de hortaliças, a primeira da região.

E no que se refere ao impacto pós-projeto, notou-se um aumento satisfatório das capacidades produtivas entre os produtores rurais em EK, ao ponto da Cooperativa de Horticultores de Kweneng North ganhar uma licitação do Ministério da Defesa para fornecer com exclusividade alimentos ao exército de Botsuana. Um pequeno, porém, significativo e esperançoso passo para que o país progressivamente possa diminuir a pendência de importar alimentos e prover de forma mais equilibrada seu próprio abastecimento interno.

### 3.4 CASO SENEGAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PAIS

A iniciativa de "Apio ao desenvolvimento do Projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável" foi solicitada pelo governo senegalês ao Brasil. Seu objetivo consistia em introduzir a utilização de técnicas agroecológicas nas comunidades rurais para aumentar a produtividade de forma sustentável e gerar renda e oportunidades de trabalho no campo.

O projeto coordenado pela ABC, contou (durante a fase entre seus membros envolvidos com a participação do Instituto de Estudos Socioambientais e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), ambos encarregados pela execução do projeto; assim como a colaboração do Ministério das Relações Exteriores do Senegal (MRES) e da Agência Nacional de Integração e Desenvolvimento Agrícola (ANIDA).

Dentre as expectativas definidas estavam: a implementação da técnica da policultura em formato de mandala para aumentar a diversificação nas áreas de cultivo (tais como de frutas, legumes, hortifrutis, verduras e até criação de animais) de modo integrado, auto-sustentável e com baixo impacto ambiental; estimular o desenvolvimento em diferentes regiões do Senegal

(tais como Dakar, Thiès, Diourbel, Kaolack e Saint Louis) e impulsionar o fortalecimento do setor agrícola para criação de postos de trabalho no campo.

No tocante à estrutura e etapas, a primeira fase do projeto realizou-se entre os anos de 2012-2015. Durante a fase inicial foi feita visita do corpo técnico das organizações parceiras da ABC às regiões que seriam contempladas com o projeto, para a realização de mapeamentos, estudos de solo e análise das necessidades e particularidades das comunidades locais. Após os dados adquiridos, a etapa seguinte do projeto PAIS foi progressivamente implementado nas regiões e comunidades de Senegal através de treinamento e ações práticas com as comunidades; paralelamente a isto, poços artesianos foram perfurados e sistemas de energia solar instalados, com o intuito de solucionar os problemas referentes a falta de água e energia elétrica e auxiliar os agricultores na gestão e manutenção das áreas de cultivo de maneira mais eficiente.

E devido a satisfação por parte do governo senegalês com os resultados alcançados, uma segunda fase (em continuidade) ao projeto então já realizado foi solicitada pelo governo do Senegal ao Brasil, que assinou em 2017 um novo acordo de cooperação, tendo como projeção ser realizado entre os anos de 2018-2021.

Referente aos resultados obtidos, notou-se um crescimento significativo na produção e diversificação de alimentos (frutas, verduras, hortaliças e legumes) de forma contínua durante todos os períodos do ano; assim como geração de novos postos de trabalho no campo e o fortalecimento da segurança alimentar nas comunidades beneficiadas pelo programa.

E dentre os impactos do projeto realizado no Senegal, destaque-se a transformação do Apoio ao desenvolvimento do Projeto PAIS em política pública nacional pelo governo do Senegal; a reprodução espontânea de técnicas agroecológicas entre as comunidades vizinhas e o crescimento exponencial da renda dos agricultores, que em alguns casos (conforme os dados apresentados) tiveram aumento médio da renda familiar em mais de 60%, ultrapassando até 200% em entre algumas famílias.

### 3.5 CASO TOGO - APOIO INSTITUCIONAL AO INSTITUTO TOGOLÊS DE PESQUISA AGRONÔMICA (ITRA)

Iniciado após a assinatura de um acordo de cooperação técnica assinado em 2009 entre Brasil e Togo, o projeto de “Apoio Institucional ao Instituto Togolês de Pesquisa Agronômica (ITRA)” teve como objetivo a qualificação técnica dos produtores de mandioca membros do

ITRA<sup>24</sup> a fim de impulsionar a agricultura e gerar oportunidades de trabalho e renda no campo. Tal programa teve entre seus membros envolvidos a ABC, incumbida da coordenação do programa e como parceiro o Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura (CNPMPF), órgão este ligado à Embrapa, responsável pela capacitação e treinamentos.

As expectativas com relação à iniciativa eram de capacitar os agricultores togolezes (de forma teórica e prática) para desenvolver o cultivo, plantio e manejo da mandioca de forma mais diversificada, produtiva, sustentável e rentável bem como potencializar o comércio e fomentar a criação de empregos no setor agrário.

Entre estrutura e etapas o projeto iniciado em 2009 (e finalizado oficialmente em 2017) realizou-se em 5 fases. Durante a primeira fase (2010) foi realizada a visita técnica dos especialistas da Embrapa a Togo para conhecer e avaliar o local de realização do projeto.

Na segunda fase (2011), realizada no Brasil, um grupo (composto por cinco togolezes) do ITRA vieram ao país para treinamento técnico com a equipe do CNPMPF – referentes a métodos de plantio, cultivo, manejo, transporte e combate a pragas. A terceira fase do projeto (2013) ocorreu em solo togolense<sup>25</sup> após a finalização das obras do laboratório de pesquisa e desenvolvimento biogenético do ITRA, responsável por implantar conjuntamente com os especialistas brasileiros a transferência de novas espécies de mandiocas<sup>26</sup> nativas do Brasil para o cultivo no país africano. Nesta mesma etapa, além de capacitação de 25 profissionais pertencentes ao corpo técnico e laboratorial do ITRA foi realizado consecutivamente o processo de transferência das mudas para o plantio no campo.

Na quarta fase (2014), novamente realizada no Brasil, deu-se continuidade ao treinamento profissional do corpo técnico do instituto, com foco em métodos de plantio e processamento de mandiocas. Já na quinta e última fase (2016-2017) realizou-se a conclusão do projeto, dividida entre duas etapas, na etapa 1/2 ocorreu uma última visita a Togo feita pelos especialistas do CNPMPF para análise, supervisão das plantações e avaliações finais com os membros do instituto; na etapa 2/2 que concluída no Brasil com a realização de diagnósticos do projeto e entrevistas com representantes da ABC, Embrapa e do ITRA.

Dentre os resultados e impactos identificados ressaltam-se a capacitação e especialização técnica dos membros do ITRA em relação a processos de melhoramento genético e métodos de plantio, colheita e processamento de mandioca; a criação do laboratório de desenvolvimento

---

<sup>24</sup> Organização esta que corresponde semelhantemente ao papel desempenhado pela Embrapa no território togolense.

<sup>25</sup> Mais especificamente na capital Lomé.

<sup>26</sup> Novos tipos de mandioca nativas do Brasil cultivadas em Togo: Rosada, Tapioqueira, Dourada, Caipira, Verdinha e Mulatinha.

bio-genético para melhoramento de plantas e a transferência de novas espécies de mandiocas para cultivo em no país.

Destarte, é possível verificar ao final dos casos analisados como e em qual grau os programas de cooperação técnica realizados pelo Brasil impactam no desenvolvimento socioeconômico no setor agrícola dos países do continente africano – tanto positivamente quanto negativamente – a depender do conceito de desenvolvimento aplicado ao processo de construção de cada projeto.

#### **4 OS IMPACTOS DOS PROJETOS**

Ao comparar os projetos de cooperação técnica em Moçambique (Prosavana) com os demais realizados em Botsuana, Togo, Senegal e Benin é possível distinguir quais os impactos e como as distintas interpretações que envolvem o conceito de desenvolvimento interferiram no resultado final de seus processos. Em Moçambique, onde a ideia de desenvolvimento atrelava-se prioritariamente a gerar crescimento econômico através da criação de culturas de exportação sem considerar os interesses, necessidades e a participação das comunidades locais, o resultado foi fracasso. Porém, ao examinar o processo construtivo dos projetos executados nos demais Estados africanos nota-se como os debates, a consulta pública e a valorização de elementos socioculturais e ambientais foram determinantes para a eficácia e sucesso de tais programas.

Em continuidade ao conceito de desenvolvimento aplicado aos projetos de cooperação acima mencionados, é possível notar como o elemento teórico de Amartya Sen (1999), referente ao aumento das capacidades dos indivíduos faz-se apropriadamente presente entre os projetos exitosos, uma vez que aspectos tais como promoção da segurança alimentar e nutricional, fortalecimento no abastecimento interno e redução a dependência da importação de alimentos são definidos como variáveis que impossibilitam o crescimento dos países africanos, o aprimoramento e fortalecimento de tais capacidades produziria condicionalidades para promover de fato desenvolvimento – ao passo que o ideal de desenvolvimento aplicado ultrapassa a ótica exclusiva do aspecto econômico e torna-se parte complementar do processo assim como do resultado e não entendido apenas como o único propósito – portanto capaz de gerar avanços na qualidade de vida nas comunidades rurais, respeitando suas especificidades e reais necessidades. E como resultado a melhoria nos índices relacionados a qualidade de vida, por conseguinte o aumento da renda, tal como exposto nos casos analisados.

Ademais, ressalta-se também como a consonância entre os princípios basilares da agroecologia desempenhou um papel vital para o sucesso dos projetos de cooperação técnica, ao permitir gerar desenvolvimento de forma sustentável, harmônica ao meio ambiente priorizando a agricultura familiar e o pequeno agricultor. Semelhantemente ao cooperativismo em relação a estimular a integração entre comunidades rurais, fortalecer a comercialização e valorizar os alimentos cultivados e produzidos no campo por pequenos e médios agricultores.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dado o exposto, observa-se como distintos modelos de desenvolvimento podem ser capazes de gerar resultado completamente dessemelhantes, enquanto há um mega projeto da cooperação internacional como Prosavana, influenciado por visões de desenvolvimento associadas a aspectos econômicos e voltados para a exportação, por outro, há projetos de muito menor porte que são influenciados por outras formas possíveis de produzir e também, conseqüentemente, por visões alternativas ao desenvolvimento hegemônico.

Amartya Sen quanto Marc Nerfin, objetivavam por meio de suas obras transpor o ideal ortodoxo envolto ao conceito de desenvolvimento, ao perpassar a ótica do aumento das capacidades financeiras como sinônimos de progresso e incluir elementos relacionados a direitos humanos, bem-estar social e preservação ambiental como aspectos fundamentais para gerar efetivamente um outro (e real) desenvolvimento.

Semelhantemente, é possível identificar o grau dos impactos que os projetos de cooperação técnica Brasil-África na área agrícola possuem de gerar desenvolvimento socioeconômico nas nações do continente africano, positivamente (Botsuana, Benin, Togo e Senegal) quanto negativamente (Moçambique), a depender das diretrizes e da concepção de desenvolvimento aplicado a cada projeto.

Por fim, observa-se também como a realização de tal trabalho como a cooperação técnica contribuiu e continua a contribuir para o fortalecimento não só das nações africanas, mas também para as práticas da Cooperação Sul-Sul assim como fortalecimento da CPD – como modelos a serem seguidos por outras nações – e consecutivamente a isto, evidencia o protagonismo do Brasil no cenário internacional ao contribuir diretamente para com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mais especificamente o n° 2, referente ao combate a promoção da agricultura sustentável, ao promover práticas agroecológicas e cooperativistas como componentes basilares para eficiência em seus programas de cooperação.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério R. **Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria.** Disponível em:

<<https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659>>. Acesso: 10 de setembro de 2022.

ABC. **Projetos de formação e capacitação profissional, governança e transferência de tecnologia realizados pela ABC.** Disponível em:

<<http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>>. Acesso: 29 de outubro de 2022.

**Carta aberta para deter e refletir de forma urgente o Programa ProSavana.**

Farm Landgrab. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-refletir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>>. Acesso: 29 de Nov. de 2022

**Cooperação técnica Brasil-África: parcerias de sucesso inspiram o desenvolvimento africano (Português).** 2019. Disponível em:

<<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1100>>. Acesso: 29 de novembro de 2022.

CELL. **Large-scale land acquisitions, agricultural trade, and zoonotic diseases.** One Earth. Disponível em: <[https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322\(21\)00239-6](https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322(21)00239-6)>.

Acesso: 30 de novembro de 2022.

**Como estão os direitos das mulheres no Afeganistão um ano após volta do Talebã.** BBC.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62548259>>. Acesso: 12 de Dez. de 2022.

DAGHAMMARSKJOLD. **Marc Nerfin: Homenaje a un visionario, amigo del Sur.**

Disponível em: <<https://www.daghammarskjold.se/news/tribute-to-marc-nerfin/>>.

Acesso: 10 de novembro de 2022.

FRONTEIRAS. **Amartya Sen.** Disponível em:

<<https://www.fronteiras.com/descubra/pensadores/exibir/amartya-sen>>. Acesso: 13 de Nov. de 2022

GRAIN. **Usurpadores de terra do Corredor de Nacala.** Disponível em:

<<https://grain.org/pt/article/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala>>. Acesso: 20 de setembro de 2022.

ICONE. **Tecnologias na agricultura brasileira e potenciais para cooperação com a África.**

Disponível em: <>. Acesso: 11 de outubro de 2022.

INSTITUTO CAMÕES. **Ficha Temática de Cooperação para**

**o Desenvolvimento.** Disponível em: <[https://www.instituto-](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed_ficha_coop_desenvolv.pdf)

[camoes.pt/images/cooperacao/aed\\_ficha\\_coop\\_desenvolv.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed_ficha_coop_desenvolv.pdf)>. Acesso: 19 de outubro de 2022.

IPEA. **Webinar: A agenda externa do Brasil para a África: Investimentos, energia e**

**cooperação.** Disponível em: <<https://youtu.be/tNtVifCUNd4>>. Acesso: 20 de outubro de 2022.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **O plano de transformar Moçambique em um Mato Grosso**. Disponível: <<https://youtu.be/vLMfEOTGDv4>>. Acesso: 10 de setembro de 2022.

LESSA DE ALMEIDA, Elga. **entre o discurso solidário e a ação pragmática da cooperação brasileira em Moçambique: Os casos dos projetos de implantação da fábrica de medicamentos antirretrovirais e o ProSavana**. Caderno CRH, vol. 29, núm. 76, janeiro-abril, 2016, pp. 53-68, Salvador. Acesso: 15 de setembro de 2022.

LIBERTI, Stefano. **Camponeses moçambicanos derrotam o agronegócio**. Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/camponeses-mocambicanos-derrotam-o-agronegocio/>>> Acesso: setembro de 2022.

LIMA, Luciano B. **Teorias do desenvolvimento e a cooperação internacional**. CEUB. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/955>>. Acesso: 10 de outubro de 2022.

NERFIN, Marc (Ed.). **Another development: approaches and strategies**. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, 1977.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade** (1999).

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VISENTINI, Paulo F. **A Relação Brasil-África: Prestígio, cooperação ou negócios?** Rio de Janeiro. ALTA BOOKS Editora. 2016.